

O paradoxo da democracia libertadora: A intervenção forçada estadunidense no Iraque em 2003

*The paradox of liberating democracy: The forced US
intervention in Iraq in 2003*

*La paradoja de la democracia liberadora:
Intervención forzada de Estados Unidos en Irak en
2003*

Ana Vitoria Marcolino Barboza¹

Recebido: 22 de maio de 2023

Aceito: 20 de abril de 2024

Resumo:

A instabilidade política e social no Oriente Médio tem sido usada como pretexto para intervenções estrangeiras, motivadas por interesses econômicos, como a extração de petróleo, e políticos, como a perseguição a grupos extremistas. Após os ataques de 11 de setembro, os Estados Unidos intensificaram sua presença militar na região, sob a justificativa de combater o terrorismo. Dentre os países, destacamos a situação do Iraque, com a segunda maior reserva de petróleo e um presidente acusado de apoiar o terrorismo, tornou-se um alvo prioritário. Como resposta a esse contexto, em 2003, os Estados Unidos transgrediram a soberania do Iraque, visando derrubar o regime de Saddam Hussein tentaram instaurar um regime democrático. No entanto, essa ação violou a soberania iraquiana e contribuiu para a persistente instabilidade no país.

Diante disso, este artigo tem como proposta discutir como as narrativas sobre democracia e soberania podem ser flexibilizadas em nome da segurança.

Palavras-chave: Soberania; Democracia; Segurança Internacional; Iraque.

Abstract

The political and social instability in the Middle East has been used as a pretext for foreign interventions motivated by economic interests, such as oil extraction, and political interests, such as the persecution of extremist groups. After the September 11 attacks, the United States intensified its military presence in the region under the justification of fighting terrorism. Among the countries, we highlight the situation of Iraq, with the second-largest oil reserves and a president accused of supporting terrorism, it became a priority target. As a response to this context, in 2003, the United

1. Graduada em Relações Internacionais, na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Email: ana.marcollino.barbozza@gmail.com

States transgressed the sovereignty of Iraq, aiming to overthrow Saddam Hussein's regime and trying to establish a democratic regime. However, this action violated Iraqi sovereignty and contributed to the persistent instability in the country. In light of this, this article aims to discuss how narratives about democracy and sovereignty can be softened in the name of security.

Keywords: Sovereignty; Democracy; International Security; Iraq.

Resumen

La inestabilidad política y social de Oriente Medio se ha utilizado como pretexto para intervenciones extranjeras motivadas por intereses económicos, como la extracción de petróleo, y políticos, como la persecución de grupos extremistas. Tras los atentados del 11 de septiembre, Estados Unidos

intensificó su presencia militar en la región, bajo la justificación de la lucha contra el terrorismo. Entre los países, destacamos la situación de Irak, con las segundas mayores reservas de petróleo y un presidente acusado de apoyar el terrorismo, se convirtió en un objetivo prioritario. Como respuesta a este contexto, en 2003, Estados Unidos transgredió la soberanía de Irak, con el objetivo de derrocar el régimen de Saddam Hussein e intentar instaurar un régimen democrático. Sin embargo, esta acción violó la soberanía iraquí y contribuyó a la persistente inestabilidad del país. En vista de ello, este artículo pretende debatir cómo pueden suavizarse las narrativas sobre la democracia y la soberanía en nombre de la seguridad.

Palabras clave: Soberanía; Democracia; Seguridad internacional; Irak.

INTRODUÇÃO

Este artigo é o resultado dos desdobramentos da pesquisa de iniciação científica realizada durante a graduação e, de certa forma, demonstra o percurso que se seguiu até o trabalho final de curso apresentado na graduação de Relações Internacionais, na Universidade Federal de Uberlândia. Nesse contexto, o objetivo é analisar e discutir a legitimidade da invasão do Iraque pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, observando como sua repercussão no Oriente Médio, na Europa e no sistema internacional foi essencial para causar a desestabilização política e social na região. Para tal análise, propomos uma estrutura dividida em três partes para abordar nossa temática.

Na primeira seção, introduz-se ao leitor o conceito de soberania, começando com o Tratado de Vestefália (1648) e o conceito desenvolvido por Jean Bodin. Reconhece-se que a soberania desempenha um papel central em conflitos, como as Guerras Mundiais, e, portanto, as guerras mundiais servirão como pano de fundo histórico. Além disso, busca-se brevemente compreender o conceito de soberania estabelecido no século XVI no contexto ocidental, a fim de entender como ele pode ser aplicado ao Oriente Médio no século XXI.

Na segunda seção, será abordada a importância da democracia, um sistema político burocrático no qual o sufrágio é universal,

originado das cidades-Estado de Atenas no século V a.C. e teorizado por Norberto Bobbio na era moderna. Será realizada uma análise crítica sobre a viabilidade da exportação e implementação bem-sucedida da democracia, levando em consideração as diferenças culturais entre o Ocidente e o Oriente.

Na terceira seção, será conduzida uma análise detalhada da intervenção no Iraque, abrangendo seus prelúdios, os envolvidos, os motivos e os resultados. Destaca-se que o Iraque teve sua soberania violada por justificativas questionáveis e sem provas legítimas, resultando em uma imposição forçada de democracia como medida de salvaguarda. As obras de Cynthia Weber serão utilizadas como base para embasar o debate contemporâneo sobre intervenção e soberania.

Por fim, na conclusão, será explicado por que a intervenção no Iraque se destaca em relação a todas as outras intervenções na história. Em resumo, será analisado o impacto dessa intervenção na sociedade moderna e como a postura dos Estados Unidos se torna ameaçadora, principalmente no que diz respeito à soberania dos Estados.

A soberania no contexto das intervenções estrangeiras

Para compreender a importância da soberania nas relações internacionais, é fundamental considerar sua origem histórica. O conceito de soberania foi primordialmente conceitualizado pelo filósofo político Jean Bodin em sua obra “Os Seis Livros da República” (1576). Segundo Bodin, a soberania era o “poder absoluto e perpétuo de uma República. Não residindo em um indivíduo, mas sim em um Estado” (Bodin, 1993). Para esse pensador, a soberania é a capacidade do Estado de tomar decisões e exercer autoridade sobre seu território e população. É importante destacar que, para Bodin, a soberania reside no Estado e não em um indivíduo. Por esse motivo, compreendemos que esse conceito é essencial para a compreensão da organização política dos Estados modernos e suas relações internacionais, especialmente no contexto das intervenções estrangeiras.

Outro cientista político relevante que merece destaque é Thomas Hobbes, autor da obra “Leviatã” (2003). Nessa obra, Hobbes apresenta sua teoria sobre a soberania e o contrato social. O Leviatã é a personificação de um ser supremo que comanda com mão de ferro uma população, sendo um contrato que a população abdica da sua força política transferindo assim para o soberano, consequen-

temente acabando com a luta de todos contra todos, pois o animal da sociedade é o homem moderno. Ou seja, o homem é o seu próprio inimigo acarretando conflitos sangrentos e desordem, homem é o lobo do homem.

Diferentemente de Bodin, que ao definir soberania colocou que esse conceito é associado pela capacidade de articular as leis, Hobbes definiu a soberania pela capacidade de força garantida pelo contrato social (Hobbes, 2003). Essa teoria foi fundamental para a compreensão da relação entre o Estado e a sociedade e influenciou o pensamento político moderno.

Os pontos principais da soberania, definidos por Bodin, são consensuais, tais como: “absoluta”, “perpétua”, “indivisível”, “inalienável” e “imprescritível”. A soberania não sofre limitações por parte de leis, pois quem define as leis é o soberano e não há ninguém juridicamente superior. É perpétua por ser um atributo das relações públicas da organização política, e é imprescritível e inalienável, pois é uma função pública e não privada. Por fim, é indivisível, visto que o poder se concentra nas mãos do soberano (Bodin, 1992; Bobbio, 1998). Entendemos ser possível encontrar na Guerra de Trinta Anos (1618 -1648) a ruptura com uma era antiga: a união intrínseca entre política e religião. Uma vez que a Santa Sé desempenhava soberania sobre os Estados assim como era ordenador internacional. Sendo, os papas eram considerados líderes supremos e inquestionáveis, portanto desobedecer suas ordens era quebrar o elo com a justiça, pois o mesmo era *speculator amnium* (vigilante de todos), logo o mesmo delegava o poder aos reis, que poderiam utilizar seu poder segundo as regras da Santa Sé (Magnoli, 2006; Weber, Bierterker, 1996)

A secularização da política é um resultado significativo do conflito, que foi alcançado por meio do acordo de paz que estabeleceu a união entre dogmas religiosos e a ordem civil política, resultando na implementação de um Estado laico e independente. O Tratado de Westphalia desempenha um papel fundamental nesse processo, ao estabelecer princípios consensuais, como a soberania estatal, o conceito de estado-nação, a igualdade jurídica entre os Estados, a territorialidade e a não intervenção. Esses princípios são fundamentais para a formação do Estado moderno (Magnoli, 2006; Weber, Bierterker, 1996).

A paz de Westphalia representa o equilíbrio entre Estados independentes em um sistema sem uma autoridade central, resultan-

do em um equilíbrio entre soberanos seculares. A Guerra dos Trinta Anos, que teve origem no Sacro Império Romano propagando a fé católica suprema e buscando dominar outros Estados, desempenhou um papel importante nesse contexto. No entanto, a concretização do conceito de soberania ocorreu ao mesmo tempo em que esse conceito era frequentemente violado (Magnoli, 2006).

Portanto, é essencial analisar as variáveis predominantes entre fronteiras e poder para entender o fenômeno dos conflitos internacionais. O Tratado de Westphalia também introduziu o conceito de territorialidade, que desempenha um papel importante na segurança do Estado. A fronteira determina o território pertencente a uma nação e o controle sobre o território e as pessoas dentro dele. As fronteiras estatais estabelecem a distinção crucial entre nacionais e estrangeiros, e são definidas pelos próprios Estados, que detêm o poder (Magnoli, 2006; Weber, Bierteker, 1996).

A fronteira possui uma dupla face da soberania: interna e externa. Internamente, o Estado atua como mediador entre os indivíduos, buscando eliminar conflitos internos para garantir a paz, essencial para proporcionar estabilidade econômica e social à nação e enfrentar ameaças externas. Externamente, o soberano toma decisões sobre guerra e paz com outros Estados-nações, sem um juiz supremo, apenas com base no direito internacional, tratados e acordos estabelecidos ao longo do tempo. No âmbito externo, o soberano é igual a todos os outros soberanos, enquanto internamente é a autoridade suprema, exigindo obediência de seus súditos (população) (Bobbio, 1998).

O poder em si é uma teia complexa, interligada a diversos elementos. Um deles é a potência, que se refere à oportunidade de impor a própria vontade em uma relação social, mesmo diante de resistências, independentemente de onde essa oportunidade repose. Max Weber aborda a potência de forma rigorosa, mas ela carece de um elemento complementar: a capacidade de cumprir. Por outro lado, o conceito de dominação, segundo Weber, envolve a probabilidade de um grupo de pessoas seguir uma ordem com um conteúdo específico. Assim, o poder-dominação é um jogo de soma zero, onde se um ator possui poder, o outro conseqüentemente não tem (Lebrun, 1981; Weber, Bierteker, 1996).

Outro conceito interligado é o de fronteira. A origem da palavra pode vir do espanhol (*frontera*), francês (*fronteire*) ou inglês (*frontier*), mas todos carregam o sentido de estabelecer um limite.

No século XIV, os militares franceses utilizavam a palavra “front” para proteger um local de invasões inimigas, que posteriormente se tornou o limite do alcance do inimigo, a fronteira entre aliado e inimigo. Ao longo do tempo, a ideia de fronteira foi se alterando. Antigamente, a territorialidade era determinada pela ocupação temporária do espaço, sustentada pela manutenção da terra e pela provisão alimentar, representando uma proteção temporária do território por meio de tribos, clãs e famílias. Transpor essa fronteira era frequentemente considerado místico e perigoso, visto como um lugar de expiação de pecados, mas também como uma possibilidade de descoberta de um novo mundo, como quando os vikings navegaram até a França e a Inglaterra explorando o desconhecido dos vastos mares (Martin, 1997).

Na modernidade, a fronteira se tornou possível com a instauração da linearidade das fronteiras, estabelecida pela primeira vez no Tratado de Tordesilhas. Essa linearização da fronteira foi um marco na concepção geográfica moderna, evidenciando uma época com novas noções de espaço e tempo. Portanto, é importante ressaltar que a definição moderna de limites e fronteiras só foi possível com a consolidação dos Estados, como afirma Raffestin (1993, p. 166): “o Estado moderno alcançou um controle territorial absoluto. Para isso, foram necessárias uma série de condições específicas, sendo a linearização da fronteira talvez a mais importante” (Foucher, 1991; Martin, 1997).

Um dos maiores símbolos da fronteira é encontrado na fundação de Roma. Segundo a lenda, Rômulo e Remo foram abandonados para sobreviver, mas foram salvos e amparados por uma loba. Mais tarde, eles retornaram ao local de seu abandono e fundaram Roma. Remo traçou um limite simbólico, um limite sagrado e símbolo de autoridade, impondo uma ordem de obediência e mesmo assim Rômulo atravessa. Seu sacrifício foi considerado um ato de sacrilégio e o Império Romano instaura-se com domínios territoriais sólidos, mas com flexibilidade de expansão. Compreender o Império Romano é, conseqüentemente, compreender a Europa, uma vez que, segundo Guarinello, “a história do Império Romano é a construção do pensamento europeu”. Não é surpreendente que os europeus não tenham esquecido a ideia de um império global semelhante ao que Roma se tornou. As maiores ambições de Napoleão e Hitler foram exatamente essas, ignorando fronteiras para buscar uma única nação para comandar e ter poder supremo (Foucher, 1991; Martin,

1997; Guarinello, 2010). Napoleão tinha o objetivo de deixar sua marca na história, assim como consolidar seu governo. Após sua ascensão e consolidação política, ele transformou o consulado em um império hereditário, resgatando instituições e títulos do antigo regime. Ao declarar guerra à principal ameaça eminente, a Inglaterra, e instaurar o Bloqueio Continental (que visava impedir os países europeus de comercializarem com a Inglaterra, com o objetivo de acabar com sua hegemonia econômica), Napoleão incorporou territórios europeus à França para criar o Grande Império. No entanto, sua expansão foi impedida pelo Império Russo e pelo Império da Prússia (futura Alemanha), o que acabou sendo o prelúdio de sua queda (Britannica, 2019).

Além disso, a consolidação do Império Alemão, descendente da Prússia e Áustria, trouxe uma nova potência para o cenário internacional, anteriormente ocupado pelo Império Napoleônico. Após quase um século de reestruturação dos atores e do sistema internacional em harmonia, outro conflito imperialista desencadeou a desestruturação da soberania. A Primeira Guerra Mundial tornou-se um conflito de interesses imperialistas nacionais, resultando em conflitos localizados e um armamentismo generalizado. A península Balcânica era uma das regiões mais disputadas, desejada por alemães, austríacos, russos e sérvios. A Grande Guerra foi a explosão das tensões nessa região, motivada pela principal ambição alemã de controle estratégico político da área, o que levou à carnificina e destruição da guerra (Britannica, 2019).

Consequentemente, a Segunda Guerra Mundial foi uma resposta à culpa imposta e à humilhação direcionada à Alemanha, conforme estipulado no Tratado de Versalhes. As sanções incluíam a limitação do exército, pagamento de multas à França e uma humilhação internacional. O resultado dessas sanções foi uma crise econômica alemã, alta inflação e desestruturação social no país, levando muitos à fome e morte. Nesse ambiente caótico e desesperador, Adolf Hitler emergiu como o Führer, o líder supremo (Britannica, 2019).

Após intensos combates entre as potências europeias e novas potências como EUA, União Soviética e Japão, juntamente com atrocidades como o Holocausto e a perseguição de minorias, a Alemanha foi derrotada e o sonho imperialista global acabou. Com a quebra dos estados europeus, os EUA emergiram como uma nova potência, e a invencibilidade alemã foi quebrada pela União Soviética, renunciando um futuro conflito (Britannica, 2019).

É importante lembrar que a construção da história moderna é pautada pelo conflito imperialista, que envolve ideias, mídias e mecanismos de determinação para políticas de expansão e domínio territorial, cultural e econômico de um país sobre outro. Trata-se de transpor fronteiras para violar a soberania de um determinado território ao bel-prazer do invasor. Essa dinâmica predominou na primeira metade do século XX. No entanto, quando a Segunda Guerra Mundial terminou e o processo de globalização começou a se desenvolver, a violação da soberania deixou de ser principalmente territorial e passou a ser uma violação ideológica. Uma nova era imperialista deu lugar à Guerra Fria (Britannica, 2019).

2. A democracia “benfeitora”

Por outro lado, a ideia central dos Estados Unidos é a democracia, um princípio que remonta à sua independência da Inglaterra em 1776. A noção de democracia é tão antiga quanto as relações entre os Estados, sendo primeiramente teorizada pelos atenienses como “o povo governando a si mesmo”, com base na participação de cada cidadão na sociedade. Assim, os EUA incorporam o discurso da democracia como parte essencial de sua identidade (Tocqueville, 1987; Karnal et al., 2011).

A democracia foi o pontapé dado pelos países fundadores e se torna o alicerce em que se finca a bandeira estadunidense, considerando que a ordem emana do arranjo interno da multidão, e não da transferência do título de poder e direito. Em 1831, Alexis de Tocqueville partiu para os Estados Unidos com o objetivo de analisar a democracia na América. Sua pesquisa observou e catalogou os princípios fundamentais do sistema democrático, destacando a construção da identidade do povo americano e traçando os caminhos da evolução da democracia. Segundo o autor, o princípio da soberania do povo se manifesta como soberania popular, de forma semelhante ao que existia em Atenas: “o povo como um todo cria as leis, como em Atenas; por outro lado, os representantes eleitos pelo sufrágio universal o representam e agem em seu nome, sob sua vigilância constante”. Além disso, o autor percebe a organização nacional como uma federação, na verdade um conjunto de estados, cada um com suas leis independentes do Estado-nação (Tocqueville, 1987; Karnal et al., 2011).

O termo social-democracia aborda e expõe a face abusiva do Estado de Bem-Estar Social, enquanto propõe a chegada da moder-

na sociedade de massas. A obra de Tocqueville, se mostra visionária ao debater sobre a “tirania da maioria” e o “despotismo democrático”, ambos como consequências da sociedade e do homem político. Para Tocqueville, a democracia na América é pura, fundamentada em pilares como liberdade, igualdade e identidade coletiva. Não havendo uma herança aristocrática ou absolutista, e sem passar por revoluções (Tocqueville, 1987; Karnal et al., 2011).

Segundo Tocqueville, a identidade do americano é fundamentada no empoderamento (soberania), amor à pátria (patriotismo), respeito às leis divinas e estatais, empreendedorismo e costumes compartilhados. A construção da identidade americana tem suas raízes nos homens livres que chegaram ao Novo Mundo com apenas sua força de trabalho, buscando construir um mundo diferente da caótica Velha Europa. Essa noção perdura na sociedade americana com a ideia de buscar o sonho americano por mérito e trabalho árduo, especialmente considerando que os primeiros colonos eram predominantemente protestantes, acreditando que o trabalho dignifica o ser humano (Tocqueville, 1987; Karnal, 2011).

Entende-se que, à medida que a democracia nos Estados Unidos passa por reformulações, como a inclusão dos afro-americanos e das mulheres no processo decisório, ela se torna o ponto central da ideologia americana, sendo também desejada por outros países como uma forma de governo estruturada e benéfica para a população. Nesse tipo de governo, o povo tem liberdade para escolher seus governantes e desfrutar da propriedade privada, e, portanto, o livre mercado é um aliado inerente à democracia moderna, principalmente a partir do século XIX (Tocqueville, 1987; Karnal et al., 2011).

Durante a Guerra Fria, houve um confronto entre a democracia liberal e o comunismo, representando polos opostos em termos de organização governamental e econômica. Ao longo de 46 anos, essa guerra se desdobrou de forma indireta e também por meio de conflitos diretos em diferentes regiões, como a Coreia (Norte e Sul), o Vietnã (Norte e Sul) e a Alemanha (Oriental e Ocidental), além do financiamento de regimes de extrema-direita na América Latina. O colapso da União Soviética em 1989, simbolizado pela queda do Muro de Berlim que separava a Alemanha, marcou o fim desse período de confronto (Hobsbawm, 1995).

Nesse contexto, os Estados Unidos consolidaram-se como a potência hegemônica no sistema internacional. Embora houvesse outras potências, nenhuma delas possuía poder econômico e militar

suficiente para ameaçar a supremacia dos Estados Unidos. A Europa tornou-se parceira dos EUA, enquanto a América Latina emergente seguiu o caminho de aliado do seu vizinho americano. A África ainda sofria com a dominação imperial europeia, e a Ásia buscava sobreviver após o colapso da União Soviética. Nesse cenário, os Estados Unidos puderam consolidar o império moderno almejado anteriormente pela Alemanha e pela França (Hobsbawm, 1995).

3 O Império americano

O surgimento do império americano ocorreu após o colapso do sistema colonial e da sociedade soviética, em um contexto de instauração do globalismo e alteração da ordem global. Essa transformação gerou uma nova lógica e estrutura de poder, resultando em uma nova forma de supremacia, conforme apontado por Michael Hardt e Antônio Negri em sua obra “Império” (2001). Segundo eles, os Estados Unidos se consolidaram como uma força suprema que governa o mundo, sendo considerados o segundo maior império da história, perdendo apenas para o Império Romano (Hardt; Negri, 2001).

A democracia liberal desempenha um papel central nesse império. A democracia passou por um processo de reformulação desde sua concepção na Grécia Antiga, e o liberalismo surgiu como resultado da ascensão da burguesia em oposição a um sistema feudal colonial. Ao propor a ideia de propriedade privada, o liberalismo impediu que o Estado e a Igreja controlassem a maioria das terras, buscando autonomia e ascensão como classe dominante. A democracia liberal é uma construção que se desenvolveu ao longo do processo histórico da civilização ocidental, principalmente nos séculos XIX e XX. É impossível pensar na ideia democrática sem considerar os princípios liberais de liberdade individual, igualdade perante a lei e regime representativo (Karnal et al., 2011).

A democracia liberal foi expressa de forma mais concreta e clara por Schumpeter, que em sua teoria reduz a participação popular ao determinar a escolha do próximo governo (por meio de eleições diretas ou indiretas) e o direito de remover o governo. No entanto, Schumpeter afirma que a vontade popular é o produto, e não o motor, do processo político. Em outras palavras, a democracia é um arranjo burocrático semelhante à estrutura de mercado, com vários grupos e indivíduos competindo por votos, assim como empresas e empresários competem no mercado. Schumpeter nega a ideia de

um “governo do povo” e de um governo mais inclusivo ao analisar a democracia liberal (Karnal et al., 2011).

O império explora de forma exímia o conceito de democracia liberal. Após a vitória na Guerra Fria, a democracia liberal se torna teoricamente o melhor e mais justo sistema político e econômico, capaz de gerar um equilíbrio econômico e de poder no sistema internacional (Hardt; 2001). Desde os primórdios da nação, figuras como Thomas Jefferson, um dos pais fundadores dos Estados Unidos, já se inspiravam no antigo modelo imperial europeu, buscando criar um império do outro lado do Atlântico, onde o poder seria distribuído e autogovernado. A ideia de superar a Europa estava enraizada na mente dos pais fundadores (Hardt; Negri, 2001).

O império se diferencia do imperialismo por não ter fronteiras. A antiga ordem imperial colonial era baseada na relação entre a metrópole e a colônia, enquanto o império dos Estados Unidos, ao se tornar uma entidade sem fronteiras geográficas, busca dominar todo o mundo civilizado, assumindo características de onipotência. Outro fator que diferencia o império é que ele não é resultado de conquistas territoriais, como ocorreu com Holanda e Inglaterra, mas sim uma ordem que suspende a história e determina o estado atual das coisas, tendo uma característica onipresente (Hardt; Negri, 2001).

Em terceiro lugar, o império busca criar raízes sociais, também conhecido como soft power. Esse conceito, no campo das relações internacionais, refere-se à habilidade de um Estado influenciar indiretamente o comportamento e os interesses de outros Estados ou populações por meio de meios culturais. O império busca controlar não apenas os aspectos econômicos e políticos, mas também a vida social do mundo civilizado, tornando-se onisciente. As características adquiridas pelo império assemelham-se às de um ser supremo, com o livre mercado e a globalização sendo os principais mecanismos que viabilizam e facilitam suas ações. O fato de o dólar ser a moeda de maior volatilidade é apenas um detalhe dentro do amplo domínio exercido (Hardt; Negri, 2001).

O império necessitou de aproximadamente três séculos para se concretizar e se tornar tão influente. Seu início remonta à Independência dos Estados Unidos em 1776, e sua consolidação vitoriosa ocorreu com o fim da Guerra Fria. Com uma economia liberal e um sistema político democrático, os Estados Unidos foram capazes de apresentar modelos de prosperidade para a sociedade civilizada, consolidando-se como um império irrepreensível. Eles se tornaram

“o país mais poderoso desde Roma”. A questão que se coloca é o que aconteceria se os Estados Unidos, esse “império” inabalável e onipotente, sofressem um ataque em seu território sem qualquer previsão? (Hardt; Negri, 2001).

3.1 O Império contra-ataca

Por certo, nenhum Estado é impenetrável e onipresente, sendo demonstração disto o 11 de setembro em 2001. Foi uma série de quatro ataques terroristas pela rede Al-Qaeda contra os EUA. O ataque matou a cerca de 3 mil pessoas, incapacitando cerca de 6 mil pessoas e causando prejuízo de 10 bilhões em infraestrutura. Terroristas sequestram 4 aviões comerciais para executarem o ataque, o primeiro avião colidiu com o Pentágono em Washington DC (Centro de Defesa dos EUA), o segundo avião caiu campo aberto e outros dois caíram nas torres gêmeas, complexo empresarial do World Trade Center, em Nova York. (History,2019)

Os atos de terrorismo consistem em crimes cometidos por indivíduos ou grupos que buscam causar caos em um determinado local, com o objetivo principal de gerar perturbações sistêmicas e disseminar terror em regimes governamentais. É importante destacar que, desde a Guerra Fria, os EUA não tinham um inimigo declarado ou uma missão ofensiva. Portanto, o 11 de setembro simboliza o início de uma nova era na conjuntura internacional e na agenda da política externa dos Estados Unidos, conhecida como a Doutrina Bush (Kober, 2006).

O presidente à época do ocorrido era George Bush é toda organização de sua administração focaram em demonstrar resultados ágeis para sua população e mundo ocidental que tremia de pavor diante da nova situação internacional. A Doutrina Bush foi caracterizada principalmente no documento publicado em setembro de 2002, “A Estratégia Nacional de Segurança dos EUA”. Os pontos principais da doutrina são: guerra preventiva, unilateralismo/ supremacia militar e exportação de democracia (Kober, 2006).

A guerra preventiva é a ideia de que, em um mundo com organizações terroristas, regimes perigosos e armas de destruição em massa, os Estados Unidos podem precisar atacar primeiro e estar um passo a frente do inimigo, como alerta o documento da Estratégia Nacional de Segurança. O foco principal dos EUA é eliminar uma ameaça iminente de países hostis que desenvolvem armas químicas,

biológicas e nucleares de destruição em massa. Em outras palavras, a estratégia visa impedir as ameaças antes que as armas de grande potencial destrutivo sejam utilizadas, criando assim o “Eixo do Mal”, que diz respeito aos países categorizados como hostis, apoiadores do terrorismo e detentores de armas de destruição em massa, como Irã, Iraque e Coreia do Norte (Nyemba, Mhandara, 2013).

A Doutrina Bush identifica métodos para atingir seus objetivos, tais como o estabelecimento de novas bases militares ao redor do mundo, o desenvolvimento de tecnologia de defesa e a expansão da coleta de informações. Além disso, a diplomacia desempenha um papel crucial, especialmente na “batalha pelo futuro do mundo muçulmano” (Nyemba, Mhandara, 2013), favorecendo a atuação dos Estados Unidos em cooperação com aliados e instituições internacionais, como a ONU, para lidar com ameaças à paz mundial. No entanto, a estratégia de segurança afirma que os Estados Unidos “não hesitarão em agir sozinhos, se necessário” (Jervis, 2003).

Portanto, a supremacia americana deve ser estabelecida sem sombra de dúvidas. Bush foi muito claro em seus comentários aos graduados de West Point: “Os Estados Unidos possuem e pretendem manter forças militares superiores, tornando inúteis as corridas armamentistas desestabilizadoras de outras épocas e limitando as rivalidades ao comércio e outras atividades pacíficas” (Comentários à Academia Militar dos EUA em West Point, 1º de junho de 2002) (Nyemba, Mhandara, 2013).

De fato, os gastos militares aumentaram drasticamente, passando de US\$ 290,6 bilhões em 2000 para US\$ 308,5 bilhões no ano dos ataques terroristas e saltando para US\$ 606,5 bilhões em 2008, o último ano do governo Bush (Estimativas do orçamento da defesa nacional para os exercícios fiscais 2000-2008). O reforço da hegemonia militar americana tornou-se necessário para implementar uma doutrina de política externa baseada em ações preventivas unilaterais e na demonstração do poderio militar (Nyemba, Mhandara, 2013).

O terceiro elemento principal da Doutrina Bush é a ideia de que os Estados Unidos devem “estender os benefícios da liberdade em todo o mundo” para construir “um equilíbrio de poder que favorece a liberdade”. Isso implica na exportação da democracia para outros países, baseando-se na crença de que países democráticos não atacam outros países democráticos, e sim buscam solucionar conflitos por meio de encontros diplomáticos. A exportação da democracia foi ele-

vada ao status de princípio definidor da doutrina de política externa, tornando-se uma parte importante da resposta americana à ameaça terrorista. A estratégia também envolveu o foco em acabar com regimes que apoiam e financiam o terrorismo direcionado ao mundo ocidental. Em resumo, a abordagem consiste em primeiro exterminar a propagação do terrorismo, libertando os Estados “corrompidos pelo terrorismo”, e em seguida implementar um governo democrático e politicamente desenvolvido. O primeiro país a ser afetado por essa abordagem foi o Afeganistão (History, 2019; Jervis, 2003).

A Operação Liberdade Duradoura, notadamente o esforço internacional liderado pelos EUA para derrubar o regime talibã no Afeganistão e destruir a rede terrorista de Osama bin Laden, o mentor do ataque, teve início em 7 de outubro. Em apenas dois meses, as forças dos EUA efetivamente removeram o Taleban do poder operacional. No entanto, a guerra prosseguiu, com as forças dos EUA e da coalizão enfrentando uma campanha de insurgência do Talibã baseada no vizinho Paquistão. Em outras palavras, a guerra dos EUA estava apenas começando sendo intitulada como Guerra ao Terror em todo o Oriente Médio, sendo o Iraque o primeiro país a ser afetado (History, 2019).

4. O Iraque

Saddam Hussein foi o ponto central da intervenção no Iraque. Ele ascendeu ao poder por meio de um golpe em 1970, adotando uma postura progressista ao modernizar a infraestrutura, a indústria e o sistema de saúde, elevando os níveis sociais do país a um patamar sem paralelo em relação a outros países árabes da região. No entanto, Saddam também esteve envolvido no desenvolvimento do primeiro programa de armas químicas do Iraque e, para evitar golpes de Estado, estabeleceu um poderoso aparato de segurança, que incluía grupos paramilitares ba'atistas e o Exército do Povo, os quais frequentemente recorriam à tortura, estupro e assassinato para alcançar seus objetivos. A base do poder de Saddam era a minoria sunita no Iraque, porém seu domínio foi ameaçado quando seu país vizinho, o Irã, passou por uma revolução islâmica xiita liderada pelo aiatolá Khomeini. Isso resultou em conflitos, conhecidos como a Guerra Irã-Iraque (1980-1988), nos quais a comunidade internacional não se envolveu diretamente, embora os EUA tenham apoiado o Iraque e a Rússia tenha apoiado o Irã.

Certamente, com o desenvolvimento do programa de armas químicas, Hussein ficou conhecido pelo uso constante dessas armas

contra civis iranianos e, principalmente, os curdos durante o que ficou conhecido como o Genocídio Curdo. O massacre ocorreu em virtude da Operação Anfal, que tinha como objetivo impossibilitar a concretização de um Estado curdo. Ali Hassan al-Majid, o Ministro da Defesa e primo de Hussein, ficou conhecido como “O Químico” quando, em 1988, ocorreu um ataque no povoado de Halabja, usando gás mostarda e sarin, vitimizando cerca de 10.000 curdos.

Além disso, Hussein invadiu o Kuwait logo depois, utilizando a justificativa de que o local fazia parte da história territorial do Iraque. Em resumo, a comunidade internacional se manifestou impondo sanções econômicas que foram ignoradas, e logo uma coalizão foi formada para expulsar o Iraque do Kuwait, resultando na Guerra do Golfo Pérsico (1990-1991). Posteriormente, a ONU localizou e destruiu grandes quantidades de armas químicas iraquianas, equipamentos e materiais relacionados, e o Iraque cessou seus programas químicos, biológicos e nucleares (Biography, 2019).

Em resumo, Saddam Hussein era um ditador com ambições imperialistas e moralistas, especialmente em relação à antiga divisão entre xiitas e sunitas. Após os eventos de 11 de setembro, ele passou a receber uma atenção diferenciada dos EUA. O presidente Bush acusou o Iraque de ter ligações com Osama Bin Laden e expressou a intenção de intervir no país. Tanto Tony Blair, primeiro-ministro do Reino Unido, quanto George Bush utilizaram diversas justificativas para a invasão do Iraque, incluindo a suposta posse de armas de destruição em massa, violações dos direitos humanos durante a ditadura, conexões com a Al Qaeda e a promoção da democracia.

A principal razão apresentada pelos EUA para a intervenção foi a busca por armas de destruição em massa. No entanto, essa justificativa não se mostrou plausível nem suficiente diante de um país soberano, sugerindo implicitamente que a democracia seria uma força libertadora. Além disso, a intervenção foi motivada pelas violações dos direitos humanos cometidas pelo governo ditatorial contra o povo iraquiano. Após o relatório do Grupo de Pesquisa do Iraque da CIA, as suspeitas e ações dos EUA tornaram-se cada vez mais alarmantes. Durante 15 meses, aproximadamente 1.200 inspetores conduziram uma extensa investigação sobre armas de destruição em massa, concluindo que Saddam Hussein tinha a intenção de reiniciar programas químicos e nucleares, mesmo após as sanções impostas.

Contudo, Saddam Hussein destruiu todas as armas de destruição em massa há mais de uma década (com fiscalização da ONU) e era financeiramente remota a capacidade de desenvolver novas (Kober, 2006). Entretanto, apenas suposições guiaram a invasão por parte de George Bush, presidente norte-americano, e Tony Blair, primeiro-ministro da Inglaterra. As ameaças internacionais, sob a ótica de tais autoridades, basearam-se em comentários enigmáticos e subjetivos oriundos de Hussein, que visava emanar poder e ameaças perante o seu inimigo Irã, como contrapeso para as ameaças do rival. (Kober, 2006)

A imposição da democracia é frequentemente utilizada como pretexto para a dominação e reconfiguração de uma determinada região, atendendo exclusivamente aos interesses do Estado responsável. A ordem no sistema internacional é mais eficaz quando há uma multiplicidade de países democráticos, uma vez que nações democráticas tendem a não atacar umas às outras, não apoiam o terrorismo e adotam modelos de mercado livre. A imposição da democracia tornou-se um argumento subsequente à invasão do Iraque, justificada pela violação dos direitos humanos durante o regime ditatorial de Saddam Hussein, com a alegação de agir em prol do povo iraquiano, visto que o governo não representa o povo. O propósito declarado era libertar o povo e implementar a democracia, quebrando o regime de medo e opressão para estabelecer um regime de liberdade e igualdade (Britannica, 2019; Hippel, 2003).

No entanto, é importante ressaltar que ao longo da história, o Iraque sempre esteve subjugado a entidades maiores, seja como parte da antiga Mesopotâmia, do Império Otomano ou do Império Britânico, o que torna a independência uma utopia. Mesmo quando a monarquia foi deposta e o nacionalismo árabe surgiu, resultando em um período de estabilidade política e econômica que transformou o Iraque em uma das maiores reservas de petróleo e uma das maiores forças armadas do mundo árabe por 10 anos, um regime ditatorial foi imposto por 30 anos. Portanto, a ideia de independência tem sido breve ou instável, requerendo o desenvolvimento de estruturas internas, em vez de ser imposta por forças externas. A imposição da democracia representa uma visão ingênua e simplificada dos processos sociais e políticos de uma nação soberana, presumindo que a exclusão de um governo ditatorial resultaria naturalmente na fluidez da democracia. No entanto, a intervenção resulta em destruição e colapso das estruturas estatais, criando um vácuo na segurança, na esfera política e na administração (Hippel, 2003).

O caos resultante da invasão em 2003 foi o percurso para a verdadeira violação dos direitos humanos. A comunidade de direitos humanitários internacional realizou várias pesquisas, como a da Escola de Saúde Pública Johns Hopkins Bloomberg que concluiu que cerca de 655.000 iraquianos morreram em consequência da intervenção, além de milhares que sofreram os efeitos da insegurança. As tropas estadunidenses impregnavam armas desumanas, tóxicas ou indiscriminadas, inclusive químicas e biológicas. Os militares em busca de informações usavam sem escrúpulos abusos físicos, prisões, tortura, entre outros tratamentos desumanos. (Human Right Watch, 2011)

Não obstante, a mudança real era sobre, na verdade, troca de liderança, isto é, “Saddamismo Inferior”, expressões empregadas por Anthony H. Cordesman e Ahmed S. Hashim, para demonstrar como os EUA tinham interesse em trocar Saddam Hussein por outro líder ba’athista com ambições e cresças similares, mas sem carisma e autoridade de Saddam. (Rai, 2002)

A invasão do Iraque, ocorrida em 9 de abril de 2003, foi considerada um crime, uma vez que não foi aprovada pelo Conselho de Segurança, configurando-se como uma clara violação das leis internacionais. Além disso, foi ilegal devido à falta de provas suficientes da ligação de Saddam com a rede Al Qaeda e Osama Bin Laden, bem como a presença de relatórios inconclusivos sobre armas de destruição em massa. A invasão claramente representou um ataque a um país islâmico, o que culminou na invasão de diversos outros países. O suposto plano de libertação, na verdade, revelou-se um plano de guerra para a subjugação do Iraque pelos Estados Unidos, resultando na desintegração do país (Rai, 2002).

4.1 Espólios da guerra ao povo iraquiano

A intervenção no Iraque resultou em consequências devastadoras de natureza humanitária, política, econômica e na destruição do patrimônio cultural. O caos decorrente da invasão em 2003 foi o ponto de partida para a verdadeira violação dos direitos humanos. A comunidade internacional de direitos humanos realizou diversas pesquisas, incluindo a da Escola de Saúde Pública Johns Hopkins Bloomberg, que concluiu que cerca de 655.000 iraquianos morreram como resultado da intervenção, além de milhares que sofreram os efeitos da insegurança. As tropas dos Estados Unidos utilizaram

armas desumanas, tóxicas e indiscriminadas, incluindo armas químicas e biológicas. Os militares, em busca de informações, recorreram a abusos físicos, prisões, tortura e outros tratamentos desumanos, como os ocorridos na prisão de Abu Ghraib. O principal resultado dessa intervenção foi a imigração em massa. Segundo o ACNUR, houve 1,9 milhão de deslocados internos no país e 2 milhões de refugiados fugiram para países vizinhos, resultando na segunda maior crise de refugiados (Human Right Watch, 2011).

Os Estados Unidos e seus aliados ignoraram as advertências de organizações e acadêmicos sobre a proteção da herança cultural do Iraque, incluindo museus, bibliotecas, sítios arqueológicos e outros preciosos repositórios. Os incendiários queimaram gravemente a Biblioteca Nacional e saquearam o Museu Nacional. Os saqueadores também danificaram ou destruíram muitos edifícios e artefatos históricos. Os EUA construíram uma base militar no local da antiga Babilônia. As forças da coalizão destruíram ou danificaram muitas áreas urbanas e edifícios históricos, enquanto os mesmos arruinaram milhares de sítios arqueológicos incomparáveis e desprotegidos (Global Policy Forum, 2003).

A intervenção dos EUA desde 2002 custou 5,6 trilhões de dólares, expandindo-se cada vez mais por inúmeras justificativas. O Iraque passou por anos de turbulência sob o governo de Saddam Hussein, resultando em má administração econômica, uma guerra com o Irã e sanções impostas pela ONU. No entanto, após quatro anos de ocupação dos EUA, o Iraque enfrenta extrema pobreza e desemprego, com mais de 4 milhões de refugiados deslocados interna e externamente. A infraestrutura do país está em ruínas e os planos de reconstrução dos EUA parecem estar completamente atolados em fraude, má administração e incompetência (Global Policy Forum, 2003).

A intervenção não apenas devastou o Iraque, mas também gerou instabilidade em todo o Oriente Médio, abrindo as “portas do inferno” na região. A intervenção no Iraque e no Afeganistão extrapolou suas fronteiras para a Síria e para qualquer outro lugar que os EUA desejassem. De acordo com relatos de generais norte-americanos, os EUA planejavam invadir outros seis países, como Síria, Líbano, Líbia, Irã, Somália e Sudão. Embora essa missão não tenha sido confirmada, houve um lançamento de uma agenda intitulada Guerra ao Terror. Em março de 2019, completaram-se 15 anos desde a intervenção no Iraque e suas consequências ainda são evidentes. A democracia frágil e a situação social instável no Iraque são apenas o começo de um ato

contínuo. Esse contexto fortaleceu a ideologia de grupos terroristas como o ISIS (Estado Islâmico do Iraque e do Levante, criado em 2003 após a invasão) e a Al Qaeda, além de viabilizar intervenções dos EUA em outros países e influenciar a crise de refugiados em todo o Oriente Médio, com a Síria liderando seguida pelo Iraque, chegando até a Europa e alimentando a xenofobia contra os muçulmanos. O plano de “libertação” era, na verdade, um plano de guerra para subjugar o Iraque aos EUA, resultando na implosão do país (Rai, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível concluir que a intervenção no Iraque representou uma ruptura na estabilidade internacional, abrindo uma fenda no Oriente Médio. Enquanto a intervenção no Afeganistão tinha como objetivo derrubar o regime Talibã e responsabilizar um governo por um ataque direto a outro país, a intervenção no Iraque foi conduzida de forma obscura, com pretextos falsos e impulsionada por interesses econômicos e políticos na região. O governo Bush impôs sua agenda no Iraque, buscando justificar a ação como uma espécie de “cruzada moderna”, com o objetivo de reconquistar a Terra sagrada e derrotar os muçulmanos.

No entanto, ao contrário da Primeira Cruzada convocada pelo Papa Urbano II em 1095, que tinha um caráter religioso e buscava a conquista de Jerusalém dos infiéis (muçulmanos), a visão de Bush sobre a Terra Santa representa a região do Oriente Médio, com foco especial na Mesopotâmia e no Golfo Pérsico. A busca pelo controle do Golfo Pérsico está intimamente ligada ao domínio das maiores reservas de petróleo e a uma área estratégica que abrange países como Iraque, Irã, Síria, Arábia Saudita, Dubai e Qatar.

É importante ressaltar que a ideia de um estado soberano é uma concepção moderna europeia, uma ruptura com o passado religioso e a secularização da política. No caso do Iraque, seu estado soberano foi construído pelo colonizador britânico, que impôs uma “independência” artificial e selecionou o primeiro regente, Emir Faysal, em 1921, por meio de Sir Winston Churchill. Os aparatos políticos internos foram exportados por estrangeiros ao Iraque, assim como o modelo de governabilidade imposto pelos Estados Unidos, a democracia.

A imposição forçada da democracia revelou-se um mecanismo de usurpação econômica e política, tanto por ser uma forma de impor governabilidade quanto por ignorar a construção histórica in-

dependente do território. Além disso, a missão “Guerra ao Terror” lançada pelos Estados Unidos levou à generalização e demonização dos árabes e muçulmanos, classificando todos eles como terroristas. Essa generalização do inimigo é semelhante ao que ocorreu durante a Guerra Fria com os comunistas.

A independência iraquiana foi marcada por momentos de instabilidade política, passando de colônia a uma ditadura. Além disso, houve uma falta de consenso nacional devido à divisão entre xiitas e sunitas, considerando que a maioria da população iraquiana na época era xiita, enquanto Saddam Hussein, um membro da minoria sunita, governava o país. Além das divisões étnicas milenares, havia uma repressão ao povo curdo que ocupava uma parte do território iraquiano.

Em resumo, o Iraque é um mosaico de culturas, etnias e povos com profundas disparidades e falta de união. Por isso, a invasão representou uma devastação, afetando diversas comunidades e expondo um território vasto às adversidades resultantes da guerra. O Iraque ainda está se recuperando da invasão de 2003.

REFERÊNCIAS

BIOGRAPHY. **Saddam Hussein**. Disponível em: <<https://www.biography.com/dictator/saddam-hussein>>. Acesso em: 16 mai. 2019.

BRITANNICA. Iraq. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/iraq>>. Acesso em: 16 mai. 2019.

BOBBIO, NORBETO. Liberalismo e democracia. 6 ed. SÃO PAULO: Brasiliense, 1998. 98 p.

BODIN, Jean. Bodin: On Sovereignty. Cambridge University Press, 1992.

BODIN, Jean. **Os seis livros da república**. Tradução de José Antônio Gontijo. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

COUNCIL, UN **Human Rights. Iraq: Grave Human Rights Violations during the War and Occupation in Iraq**. UN Human Rights Council, [S.L.], fev./mar. 2019.

FOUCHER, Michel. Fronts et Frontières. Un tour du monde géopolitique. Paris: Fayard, 1991.

GLOBAL POLICY FORUM. **Consequences of the war and occupation of Iraq**. 2003. Disponível em: <<https://www.globalpolicy.org/humanitarian-issues-iniraq/consequences-of-the-war-and-occupation-of-iraq.html>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

GUARINELLO, Noberto Luiz. Ordem, integração e fronteiras no Império Romano: um ensaio. **Mare nostrum**, v. 1, n. 1, p. 113-127, 2010.

- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HISTORY. **9/11 attacks**. Disponível em: <<https://www.history.com/topics/21st-century/9-11-attacks>>. Acesso em: 16 mai. 2019.
- HIPPEL, Karin Von. **Democracia pela força: Intervenção militar dos EUA no mundo após a Guerra-Fria**. 744 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército editora, 2003. 264p.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século xx**, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- HOBBS, T. **Leviatã**. Tradução: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HUMAN RIGHT WATCH. **At a crossroads human rights in iraq eight years after the us-led invasion**. Disponível em: <<https://www.hrw.org/report/2011/02/21/crossroads/human-rights-iraq-eight-years-after-us-led-invasion>>. Acesso em: 11 mar. 2019.
- JERVIS, Robert. **Understanding the Bush doctrine**. Political Science Quarterly, v. 118, n. 3, p. 365-388, 2003.
- LEBRUN, Gérard. O que é poder. Edição de 1981 – Ed. Brasiliense
- KARNAL, Leandro et al. História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. Contexto, 2011.
- KOBER, Stanley. The Bush Doctrine and the War on Terrorism: Global Reactions, Assessments and Implications. [S.l.]: Routledge, 2006.
- MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Contexto, 1997.
- MAGNOLI, Demétrio. **História das Guerras** São Paulo: Editora Contexto, 3 Ed. 2006, p.181
- NYEMBA, Eve; MHANDARA, Lawrence. **Forced democracy in the middle east: the case of iraq**. Zimbabwe: LAP LAMBERT Academic Publishing, 2013. 120 p.
- J. V. et al. **Démocratie et démocratisation dans le monde arabe: un magnifique travail sur un problème crucial**.. [S.L.]: CEDEJ, 1990. 416 p.
- TOCQUEVILLE, Alex. **A democracia na América**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Universidade de São Paulo, 1987.
- RAI, Milan. **Iraque: Plano de Guerra**. Oxford: DFL, 2002.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- WEBER, Cynthia; BIERTEKER, Thomas. **State sovereignty as social construct**. New York: Cambridge University Press, 1996. 315 p.